



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## GOIÂNIA, 1968: TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE NO “TEMPO MUTIRÃO”

Wilton de Araujo Medeiros\*

Para a instauração de um tempo específico da cidade que, por isso mesmo, passaria a ter um “novo aspecto”, o prefeito Íris Rezende valorizou símbolos e datas, visando revestir a municipalidade de densidade simbólica e temporal. Deu ênfase, sobretudo ao dia 24 de outubro como celebração do mito de origem da cidade e o símbolo do Bandeirante como o mito de fundação da marcha para o Oeste. Mas valorizou também o dia em que a cidade foi inaugurada, 05 de julho.

Essa valorização de símbolos e datas vai dar a Goiânia uma textura temporal própria. É interessante observar que essas datas permanecem extrínsecas à municipalidade, porque a criação do município se deu no dia 02 de agosto de 1936, e jamais foi comemorada. Assim como a data de criação do município, outras datas importantes da municipalidade jamais receberam atenção, e, até hoje em Goiânia todos os atos e datas comemorativas continuam sob a tutela do Estado.

Isso tem a ver com a finalidade para a qual Goiânia foi construída. Tem a ver com o contexto de inserção do Estado de Goiás no concerto da Nação. O que reflete ainda hoje nos espaços marginais que a municipalidade ocupa, bem como nas

---

\* Arquiteto, Doutor em História, professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás.

ingerências do Estado sobre os rumos da cidade, e também com as intervenções urbanísticas, com a gestão de seus símbolos, datas comemorativas e políticas das memórias, sobre quem deve ser lembrado e quem deve ser esquecido.

Essa tutela inerente à relação estado/município mostrou-se desastrosa para a cidade, na medida em que sufocou a organização da municipalidade, desestabilizando os modos como esta poderia geri-la, ou daria melhores rumos ao seu urbanismo e a sua urbanização. Essa sufocação do Estado sobre o Município ficou bastante evidente no modo atabalhado como os prefeitos de Goiânia, no decorrer dos anos de 1950 exerceram a autonomia municipal dada pela constituição de 1946.

Sem desincompatibilizar-se dos interesses do Estado, a municipalidade não conseguiu dar continuidade a ordem urbanística do projeto original da cidade. A tomada de consciência desse estado de coisas inicia-se com o mandato oposicionista de Helio de Britto ao Estado entre 1961 e 1966. Nesse período inúmeras peijas judiciárias ocorreram entre as duas esferas de poder. Na prática, a cidade continuava perdendo seus rumos urbanísticos e intensificando a segregação social. Mas, no nível simbólico, Britto empreendia os primeiros movimentos para as conjunções de uma identidade goianiense.

Na gestão que se seguiu a Britto, ainda que conservadora e populista, alguns gestos foram dados para revestir a municipalidade de densidade simbólica e temporal. Na prática, isso significará apenas uma apropriação no âmbito da municipalidade, dos símbolos que haviam sido criados pelo Estado nos anos de 1930 e 1940. Contudo, ainda que tênue, delineia um tempo específico para Goiânia.

A meu ver, a formatação desse tempo específico se inicia com a comemoração do 33º aniversário de fundação da cidade, 24 de outubro de 1966, primeiro ano de mandato a prefeito de Íris Rezende, e continua até 1969, nos três anos que durou o seu mandato. Em seguida a isso, vai ocorrer uma longa obscuridade e dormência sobre as preocupações da identidade goianiense pela municipalidade. A qual só vai despertar novamente nos anos de 1980, após o desastre radiológico com Césio C 137, ocorrido na rua 57, no centro da cidade.

## UM SÍMBOLO PARA IDENTIFICAR GOIÂNIA EM 1966 E UM SENTIDO DE TEMPO

Para comemorar o 33º aniversário de Goiânia, o Departamento de Turismo da Prefeitura organizou o concurso para a marca comemorativa, um símbolo para identificar Goiânia. Sagrou-se vencedor o desenhista Eddie Esteves Pereira, com um símbolo intitulado “Pira”, baseado no episódio entre “O Anhanguera” e os índios goianos. Dando forma à “Pira” e ao símbolo comemorativo aos 33 anos de Goiânia, as labaredas da “Pira” formam o número “33”. O símbolo foi publicado no livreto *Goiânia em ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil*, igualmente comemorativo – ver figuras 1 e 3.



Figura 1: Capa do folheto *Goiânia em ritmo de mutirão – a cidade que mais cresce no Brasil* – Fonte: GOIANIA, 1966.

Figura 2: Página 17 do folheto *Goiânia em ritmo de mutirão – a cidade que mais cresce no Brasil* – Idem.

Figura 3: Página 24 do folheto *Goiânia em ritmo de mutirão – a cidade que mais cresce no Brasil* – Idem.

Nas figuras 1 e 3 acima, a estátua do Anhanguera (Bandeirante)<sup>1</sup> é reproduzida com grande destaque, aparecendo na capa e às páginas 17 e 24 do referido folheto. Na capa, a figura da estátua sobressai acima da imagem da cidade em processo de verticalização. À página 17, dialoga com o texto *O homem que podia incendiar rios*; à página 19, aparece no centro de outra foto mostrando a cidade em processo de verticalização.

<sup>1</sup> A estátua foi doada por estudantes da USP em 1940, provavelmente com a intermediação de Jerônimo Coimbra Bueno. Está ainda hoje no mesmo lugar onde foi afixada, no cruzamento da Avenida Anhanguera com a Avenida Goiás, na Praça Afílio Correia Lima.

A figura do Bandeirante configura os olhos do passado, capazes de presentificar uma ausência, ver o que não se impõe à visão, o tempo. Ao mesmo tempo em que liberta a memória, também a aprisiona ao indicar o que deve ser lembrado. Sobre o espaço construído, especialmente o da cidade em verticalização, a figura “colada” sobrepõe uma passagem do tempo. Nesse sentido, sobre uma determinada representação da materialidade (vertical) da cidade, é colado um simbolismo que lhe dá o sentido do tempo.

Como diz Pesavento (2004: 8), numa visão mágica de uma temporalidade escoada, elaborando uma narrativa sobre o passado, a partir de construção imaginária possível e plausível do que teria acontecido um dia. Assim, é interessante atentar para a relação que se estabelece entre a figura da estátua do Bandeirante e os edifícios de múltiplos pavimentos atemporais, resignificando a cidade com um sentido simbólico, a partir de um referente conhecido.

A meu ver, essa colagem e resignificação simbólica, restabelecem em alguma medida a aura da dimensão dos sonhos e ideais tão fortemente impressos no início da construção de Goiânia. Não se tratando apenas de reagir ao vazio de simbolismos, mas, também, de restabelecer a dimensão da construção da cidade como sonho a ser reinaugurado, restabelecido, rememorado, presentificado. De certo modo, é também a reinvenção do sonho da história; do realinhamento do tempo em paralelo ao espaço que estava sendo edificado.

Diz o texto à página 17, que “a presença do robusto homem barbudo, de mosquetão segurado com a mão direita, estimula os goianos na heróica aventura de domesticar o sertão”. Interessante perceber como a figura do passado retomada no presente, carregando significado diverso dado ao sentido de “domesticação”. Dando continuidade aos tempos modernos do início da construção de Goiânia, “domesticar” passa a significar edificar. Contudo, edificar a cidade agora por meio da sua municipalidade, em seu próprio tempo, em seu próprio ritmo.

## **HABITAÇÕES EM RITMO DE “MUTIRÃO”, UM MODO SERTANEJO DE EDIFICAR**

O folheto mostra à página 22, que assim como ocorrido com a figura do Anhanguera, o ato de edificar também reapropriado e resignificado pela Prefeitura de Goiânia, durante o primeiro ano de mandato de Rezende. Impõe-se uma determinada maneira, num determinado ritmo: “GOIÂNIA EM RITMO DE MUTIRÃO é o verdadeiro sentido da marcha para a conquista do Oeste brasileiro e o primeiro passo para a civilização sertaneja”. Nessa última citação, observa-se a intenção do recomeço da história de Goiânia, porém, em outro ritmo e de outra maneira; desta feita, a partir dos atos do Prefeito e das ações da Prefeitura Municipal. Isto é muito importante ressaltar, porque mostra que a municipalidade procura sair da penumbra das asas potentes do Estado, e mostrar-se resimbolizando e resignificando figuras a muito conhecidas.

Ou seja, afirmar-se como “o verdadeiro sentido da marcha para o Oeste” e como “civilização sertaneja” significa impor ritmo próprio da Prefeitura à obras da Capital, não somente dando continuidade à construção da cidade empreendida até então pelo Governo do Estado, mas, sobretudo, reapropriando a cidade para o âmbito do poder municipal. Ao invés da exaltação do urbanismo pelo que o mesmo tem de conceitual e abstrato, um urbanismo híbrido “sertanejo” do interior do Brasil. Ao invés da exaltação dos valores universais e civilizacionais do urbanismo, uma civilização “híbrida”, edificada por mutirões. Nos mutirões urbanos vão ocorrer hibridização entre o rural e o urbano.

Esse “ritmo de mutirão” vai aparecer estampado como referente de uma outra data comemorativa, ainda em 1966. O dia 25 de dezembro foi demarcado para que fosse inaugurada a primeira etapa do conjunto habitacional, às margens da BR 153, cujo convênio para construção foi feito com o BNH, desde o último ano da administração municipal anterior. Fazendo coincidir a entrega da etapa com a data do nascimento de Cristo, Rezende denominou o empreendimento de “Vila Redenção”. Com isso, Rezende demonstrava iniciar a “redenção” da própria cidade, talvez de seu maior “pecado”, que foi o de não ter planejado habitações sequer para os construtores que edificaram a

cidade nos anos de 1930, o mesmo ocorrendo com a população migrante e pobre que chegava.

Rezende adaptou o seu discurso ao convênio com o BNH, transformando a solução sanitária e habitacional em “redenção”. Ao dizer que, após a assinatura do convênio o BNH e COHAB, começaram a construção de 500 casas em “ritmo de mutirão” (GOIÂNIA, 1966: 15-16), passou a estabelecer que os problemas de habitação popular também estavam na esfera da renovação de valores que as festas proporcionam. Nesse caso, o “mutirão” entre o Município e o Governo Federal revelaria a redenção dos que almejavam a casa própria. Por isso diz:

Está a administração municipal, através de convenio firmado com o Banco Nacional de Habitação, fazendo um verdadeiro “investimento em dignidade” ao propiciar condições humanas de habitação a larga parcela de nossa população que “até ontem vivia marginalizada em invasões” (GOIÂNIA, 1966: 13).

Transformando os agentes políticos em “investidores da dignidade”, ou de “propiciadores de condições humanas”, englobados na datação do “ontem marginalizado”, mas no 25 de dezembro redimido, faz com que sejam inclusos no que Cox (1974: 85) chama de “liturgia viva”. Diz Cox (1974) que, para se atingir essa “liturgia viva”, não se pode esperar a prática de um método ortodoxo, ao contrário, é o heterodoxo das justaposições que a torna interessante: “A justaposição celebra a colisão entre símbolo e situação, como ocasião propícia para uma nova experiência e percepção sem precedentes”.

Justapondo o modo “sertanejo” de edificar, ou seja, por meio de mutirões urbanos, a gestão de Rezende irá criar símbolos como o parque de diversões nomeado de “Mutirama”, porém, é interessante observar a materialização desses sentidos recriados pela municipalidade no “Monumento a Goiânia”.

### **HOMENAGEM A GOIÂNIA, HOMENAGEM AO MUTIRÃO**

Erigido no dia 05 de julho de 1967 na Praça Cívica, o *Monumento a Goiânia* subsume a ideia de “mutirão”, em que a “participação de todos” é patente. Situado no

centro geométrico da Praça Cívica, passou a partir de então a pulsar esse novo sentido de municipalidade a partir mesmo do coração da cidade.



Figura 4: Placa de inauguração do Monumento a Goiânia, identificando o Rotary Clube como o doador do monumento. Fonte – Arquivo do autor.

Figura 5: Monumento a Goiânia. Fonte – Arquivo do autor.

7

Então, Rezende vai promover uma retirada de cena daquele “presentismo” e emergencialismo esvaziado de sentido no qual estava Goiânia submerso. O “ritmo mutirão” tem ver a com a recuperação do tempo rural mediado pela demarcação das festas do mundo sertanejo. Por isso, Rezende vai instituir não só a inserção da municipalidade, ao menos no nível simbólico, o que já não é pouco. Com essa inserção, vai restabelecer o sentido de continuidade histórica e de certa teleologia cidadina.

Para isso, interessa-nos perceber o estabelecimento de uma ordem temporal como estratégia para dar aspecto novo à cidade como “todo”, o qual, com o processo de urbanização, o grande crescimento horizontal, e também o processo de verticalização do Centro, reunia imagens dispersivas da cidade. Imageticamente, criou-se a imagem do rejunte ao que se encontrava disperso, fragmentado em múltiplas segregações.

Simbolicamente, rejuntou-se o que parecia cada vez mais inatingível, dado o impossível amalgama com elementos da cultura urbana. Daí a inspiração na vida do campo, onde a festa marca momentos de profundas relações sociais, relações estas perdidas no meio urbano. Curiosamente, a municipalidade não vai referenciar-se no movimento municipalista, ou em técnicos do IBAM ou mesmo da FGV, mas procurou

remeter seus símbolos ao “povo da terra”, e nas festividades próprias do mutirão, que dá o sentido de continuidade à vida sertaneja.

Porém, uma vez que esse povo, agora, denominado “cidadão” e não mais camponês, o tempo ritualístico das colheitas é transfigurado em tempo histórico, e o espaço do campo em espaço urbano. Porém, nessa transfiguração instaura-se um tempo especial no espaço urbano. Ao menos no nível simbólico, tal qual no espaço rural, surgem no urbano lugares de agradecimento, lugares de celebração de resultados coletivos e de intensa socialização.

O dia e mês de inauguração do “Monumento a Goiânia” coincide com dia e mês da inauguração oficial de Goiânia, ocorrida em 05 de julho de 1942.

### **HOMENAGEM AO DIA 05 DE JULHO DE 1942**

Como disse acima, para a instauração de um tempo específico da cidade, visando com isso dá-la um “novo aspecto” associando-a com atos da municipalidade, Rezende reapropriou o quanto pôde os símbolos criados pelo Governo do Estado. Ao inaugurar o *Monumento a Goiânia* no dia 05 de julho de 1967, deu formas simbólicas ao mutirão urbano, mas também homenageou dia e mês da inauguração oficial de Goiânia, que ocorreu nessa data, no ano de 1942.

A publicação, em 1969, do livro intitulado *Anais do Batismo Cultural (1942)* também é uma homenagem ao dia 5 de julho. O livro é prefaciado por Venerando Borges, o primeiro Prefeito de Goiânia. Essa publicação oficial representa também esforço de continuidade histórica, tal como já foi dito anteriormente com relação à preocupação de Íris Rezende em atrelar os feitos da municipalidade à demarcação de temporalidades.

Na *Apresentação* do livro, Pimenta Netto diz que havia guardado todas as informações sobre a inauguração de Goiânia, que ele presenciou, por mais de um quarto de século “e, agora, graças ao estímulo do primeiro Prefeito de Goiânia, Profº Venerando de Freitas Borges e o apoio que me foi dado pelo Dr. Íris Rezende Machado, atual Prefeito, é a história contada em seus mínimos detalhes”. Como se vê, Rezende continuou tratando da relação entre tempo e cidade como definidores da



municipalidade. Na última página de *Anais do Batismo Cultural (1942)*, há uma vista aérea da cidade, a partir da Praça do Trabalhador, no lado oposto à Praça Cívica, mostrando também a cidade em processo de verticalização do Centro, iniciado durante os anos de 1960 – ver figura 6. Com isso, o volume registra dois regimes temporais: aquele criado pelo Estado e configurado pelos seus símbolos, porém reapropriado pela municipalidade; e este regime presente, o qual a municipalidade procurava impor a sua ordem e a sua presença, já que a Praça do Trabalhador é uma área pertencente ao município.



Figura 6: última página de *Anais do Batismo Cultural (1942)*, mostrando a cidade no ano de 1969.

É nesse contexto de verticalização do centro Jorge Wilhelm dirige a elaboração do Plano Diretor Integrado de Goiânia (PDIG).

## **GERMINAÇÕES EM GOIÂNIA: PDIG E ELABORAÇÕES SOBRE O FUTURO**

No contexto de verticalização do Centro da cidade, expansão urbana acelerada com indicações de possíveis conurbações, Jorge Wilhelm vai pensar a cidade como uma metrópole mutante, não sendo possível continuar concebendo soluções urbanísticas desintegradas de processos. Esses processos é o que chama de esquemas germinativos, ou germinações.

Quando Wilhelm iniciou o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, Iris Rezende estava no quarto ano do seu mandato de Prefeito, e havia investido três vezes mais em conjuntos habitacionais, desde o primeiro construído em 1966, denominado de Vila Redenção. A esse esparramamento de conjuntos habitacionais Wilhelm chamou “força germinativa”, potenciais indutores da forma urbana da cidade. Até 1968, a Prefeitura de Goiânia já havia construído a segunda etapa do conjunto habitacional Vila Redenção e mais três novos conjuntos: Vila União, Vila Alvorada e Vila Canaã.

Uma das prováveis características do Plano de Goiânia, o estabelecimento duma “Carta da Habitação em Goiânia”; trata-se de um documento, um convênio em que se estabelecem os critérios gerais de localização e execução dos planos habitacionais, a cargo de todas as entidades envolvidas: COHAB, CAIXEGO, BNH, INOCOOP etc. Essa política geral, a qual se associaram livremente as cooperativas e outros organismos públicos e privados, objetivaria a implantação de conjuntos habitacionais (WILHEIM, 1969: 271).

Desse modo, a proposta dos conjuntos apresentada por Wilhelm é descolada da organização dos mutirões, sendo estes apresentados pelo PDIG como “iniciativas de organização e desenvolvimento comunitário importantes”, porém, deveriam ser aproveitados em trabalhos como a “horta comunitária” que a Prefeitura de Goiânia já vinha realizando, ou na criação de bosques lineares (idem: 251; 271). Entretanto, como mostra a capa do suplemento especial do jornal *Cinco de março* (09/09/1969), cujo título é GOIÂNIA: PLANO INTEGRADO AO ALCANCE DE TODOS, Rezende parece ter se apropriado do Plano de Desenvolvimento como um novo demarcador temporal da municipalidade: “Pelo menos do ponto de vista do futuro e no entender dos técnicos, o Plano Integrado de Goiânia é a maior obra do atual Prefeito de nossa Capital”.

A aprovação do PDIG se deu com a Lei nº 4.523 (31/12/1971), durante a administração do Prefeito Manoel dos Reis (1970-1974). Nesse período, Goiânia conurbou com Aparecida de Goiânia, delimitaram-se novas áreas de expansão urbanas e foram aprovados muitos outros novos loteamentos, somados aos muitos que deformaram Goiânia nos anos de 1950, e houve o retorno da presença do Governo do Estado nas configurações urbanas de Goiânia.

Como disse acima, em Goiânia, a municipalidade jamais conseguiu tomar os rumos do processo de urbanização. Porém, com sua habilidade política conservadora e populista, Íris Rezende contribuiu minimamente para o estabelecimento de traços da identidade goianiense, compondo formas e tempos para a cidade de Goiânia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COX, Harvey. *A festa dos foliões: um ensaio teológico sobre festividade e fantasia*. Petrópolis: Vozes, 1974.

GOIÂNIA. *Goiânia em ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil*. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1966.

PESAVENTO, S. J. *O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris; Rio de Janeiro*; Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PIMENTA NETTO. *Anais do batismo cultural de Goiania*. Goiânia: Secretaria Municipal de Cultura, 1993 [1969].

WILHEIM, Jorge. *Urbanismo no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

### Siglas

BNH – Banco Nacional de Habitação

COHAB – Companhia de Habitação

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

FGV – Fundação Getulio Vargas